

Entrevista com Alberto Fossa (ABNT CB 116): “Brasil precisa se envolver mais com eficiência energética”

FURTADO, Marcelo: “Entrevista com Alberto Fossa (Abrinstal): ‘Brasil precisa se envolver mais com eficiência energética’”. Brasil Energia. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2018.

A norma de gestão e economia de energia, a ISO 50001, publicada em 2011, ganhou uma segunda versão em agosto deste ano para aclarar certos pontos, se tornar mais efetiva e, enfim, fazer jus ao propósito de melhoria contínua dos sistemas de gestão. Com mudanças na sua estrutura, a nova versão deve acelerar a aceitação da norma no mundo, que até o momento, registra 22.870 certificações, sendo a imensa maioria (19.024) na Europa. Na América do Sul, são apenas 132 certificados e, destes, 49 são no Brasil.

A disparidade entre os dois continentes se explica pelo pioneirismo e o envolvimento dos europeus com as políticas de eficiência energética, onde os países, entre outras ações, criam incentivos fiscais e regulatórios para a adoção da ISO 50001. No caso sul-americano, a ainda baixa adesão é explicada pelos motivos contrários, ou seja, há pouco empenho da maioria dos países – incluindo o Brasil – em promover o eficiente instrumento de redução de consumo.

Algumas ações, porém, podem ser tomadas para que os sul-americanos revertam esse *gap* com a Europa, evitando os erros cometidos por alguns países e imitando as iniciativas bem-sucedidas. Para mostrar esse cenário, a **Brasil Energia** conversou com Alberto Fossa, que é presidente da Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações (Abrinstal), gestor do Comitê Brasileiro de Gestão e Economia de Energia (CB 116) e vice-chair do ISO TC301 – comitê técnico da International Organization for Standardization que desenvolve e publica a ISO 50001. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Por que a decisão de fazer uma nova versão da ISO 50001?

A ISO pede que, a cada cinco anos, todas as suas normas passem por revisão. Mas dessa vez, a iniciativa também segue uma determinação geral de que todas as normas passassem a ter uma linguagem padrão e o que chamam de high level structure, que visa facilitar o entendimento do sistema e facilitar a implementação. Isso ficou pronto em agosto e fez a estrutura antiga ser totalmente modificada, passando de quatro para dez capítulos. Aproveitamos também para tornar mais claros pontos que davam origem a algumas interpretações equivocadas.

A norma, tanto a versão original como a nova, visa ensinar a empresa a apenas gerir a energia ou o objetivo é de fato reduzir o consumo?

Esse ponto é interessante de ser abordado porque mostra como a ISO 50001 se difere das outras normas da ISO (a 9001, de qualidade, e a 14001, de gestão ambiental). Isso porque ela é a primeira norma a estabelecer que a empresa demonstre números quantificáveis de melhorias específicas do tema, de forma contínua, no decorrer das auditorias, a começar pela de certificação e depois pelas

de manutenção. Ou seja, a certificação só é mantida se os indicadores de redução de consumo de energia e de eficiência energética demonstrarem que as ações estão sendo tomadas continuamente.

Isso quer dizer que as outras duas normas não fazem a empresa melhorar a qualidade e o meio ambiente?

A ISO 9001 não pede melhoria contínua do produto, mas sim do processo, entendendo que ao fazê-lo, haverá melhoria mais para frente. Isso significa que, se o produto não tiver uma qualidade tão excelente assim, ele pode continuar sendo o mesmo ao longo do tempo, mas através de um processo melhor. A ISO 14001 também não estabelece requisitos específicos para redução de impacto ambiental, como, por exemplo, determinando que a empresa reduza o consumo de água ou de geração de resíduos. O foco dela é que a empresa conheça os impactos ambientais da atividade e os mantenha sob controle e que também atenda a todas as exigências legais. Já a 50001 determina que a empresa melhore seu desempenho energético. Isso, aliás, ficou ainda mais claro na revisão da norma: melhoria de desempenho é reduzir o consumo relativo a um determinado tipo de serviço ou processo, seja com eficiência energética, normalmente associada à mudança tecnológica, ou com redução propriamente dita. Não basta adotar programas de treinamento ou de conscientização.

Como está a aceitação da norma no mundo?

O último levantamento dá conta de 22.870 certificações, sendo 19.024 na Europa, 3.232 na Ásia, 294 no Oriente Médio, 132 na América do Sul, 127 na América do Norte e 61 na África. Esses números são de 2017 e representam aumento de 13% com relação ao ano anterior. Temos percebido um interesse crescente, mas ainda há uma disparidade muito grande ao se comparar a Europa com o resto do mundo. Isso acontece porque, em primeiro lugar, na Europa, antes da publicação da ISO 50001, já existia uma norma de gestão de energia da Comunidade Europeia, a EEN 16001. Com a ISO em 2011, que é internacional, a europeia foi abandonada e muitos migraram para a 50001. Além disso, há recomendação diretiva da Comunidade Europeia de que as empresas do continente realizem diagnóstico energético, para fazer levantamento do uso de energia e de contabilização de consumo. Isso em conjunto serviu como pontapé inicial para a Europa desenvolver essa cultura de eficiência energética que hoje podemos evidenciar com o grande número de certificações.

Mas também houve estímulos fiscais ou regulatórios?

Sim, principalmente na Alemanha, que lidera o ranking mundial com 8.314 certificações. O país deu incentivo fiscal para quem adotasse a norma, ganhando desconto na tarifa de energia. Isso fez com que a Alemanha disparasse na frente dos outros países.

O incentivo se mantém até hoje?

Não, com o tempo eles começaram a observar que o resultado efetivo dos sistemas implantados não era satisfatório. Ocorreu lá o fenômeno do “certificado de parede”. O incentivo foi importante para que uma série de atores do mercado, inclusive consultores, começasse a atuar, mas o erro foi não ter estabelecido um mecanismo de confiabilidade tão grande. Os processos de certificação não foram acompanhados com o devido critério e acabaram promovendo vários sistemas que não eram suficientemente robustos.

Além de parar com o incentivo, o que mais eles fizeram para corrigir o erro?

O país passou a estabelecer controles adequados no processo de certificação, inclusive com reports em alguns casos e em alguns setores. Em suma, eles agiram no campo regulatório, fiscalizando os órgãos certificadores. Não podemos esquecer

que o processo de certificação é um serviço e a empresa certificadora quer vender. Por isso que governo e agentes reguladores precisam atuar para tornar a norma um instrumento mais confiável.

Essa experiência alemã, então, precisaria ser replicada no resto do mundo?

Sim, como exemplo, no momento estamos analisando para o governo da Colômbia, em trabalho conjunto com a Unido (*Organização nas Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial*), mecanismos robustos regulatórios para implementar sistemas de gestão de energia nas empresas. A ideia é evitar o que ocorreu na Alemanha, porque os colombianos estão muito empenhados em fomentar a implantação da ISO 50001.

Já dá para adiantar algumas ações que serão recomendadas para a Colômbia?

Para começar, a participação do governo é fundamental, até mesmo para fazer como os Estados Unidos, onde o Departamento de Energia incentiva o uso de sistemas de gestão para as empresas reportarem o consumo e as melhorias de desempenho. Incentivos via taxa e fiscais também devem estar contemplados, mas não é só isso. É preciso capacitar as pessoas, com programas de conscientização, já que muitos, incluindo aí o Brasil, ainda sequer conhece a norma e seus benefícios comprovados; e também com capacitação técnica propriamente dita, com formação de especialistas de energia nas mais variadas frentes, sejam em motores, caldeiras, equipamentos ou sistemas de resfriamento. Por fim, é necessário ter um conceito robusto regulatório. Nesse ponto, os órgãos de acreditação, que no caso da Colômbia é o ONAC, precisam estar conscientes e capacitados para analisar, autorizar e fiscalizar os organismos certificadores. Para se ter uma noção do que ocorre, já ouvi organismos certificadores falarem que conseguem certificar em meio dia de auditoria uma empresa com a ISO 50001, caso esta já tenha a norma de gestão ambiental (a ISO 14001), o que é no mínimo um absurdo. Isso só deixa evidente a urgência de capacitar e controlar o conhecimento dos auditores para garantir a confiabilidade do processo.

O que pode ser feito para controlar mais de perto o trabalho das certificadoras?

Temos tentado fazer com que os processos de certificação sejam sempre feitos por certificadoras acreditadas pelos organismos de acreditação locais. Uma empresa que tenha sido acreditada na China ou Inglaterra, seus locais de origem, não tem a menor ideia de qual é o contexto brasileiro, por exemplo. Quando presta o serviço de certificação no país dela, a certificadora presta contas para o órgão do seu país, mas quando está em outro país, o que ocorre com muita frequência, já que elas têm atuação global, a tendência é que esse controle diminua. O Brasil é um exemplo disso. A grande maioria das certificações, infelizmente, é realizada por organismos não-acreditados. O processo de acreditação do Inmetro já está pronto, mas até onde sei poucas das que atuam no país já se acreditaram.

Pelo visto, além de termos poucas certificações, há muito ainda a ser corrigido no Brasil para fazer a norma ter seu efeito desejado, certo?

Sim, seria muito importante o estabelecimento de um projeto como o que ocorre atualmente na Colômbia pelo governo brasileiro. Há necessidade também de um grau de conscientização maior dos empresários e de níveis do governo sobre a necessidade da promoção de eficiência energética de forma sustentável. A ISO 50001 veio para estabelecer condições de mudança do padrão cultural das organizações, colocando o tema de energia como elemento estratégico e permanente. Sem essa mudança de cultura, será difícil avançarmos de forma significativa.